

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
A Administração da COMPANHIA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Tietê (Tietê), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes correspondentes ao exercício social de 1999, assim como os relatórios das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no período.

A Contratação
Para a Tietê o ano de 1999 representou um período de transição e preparação para o futuro.

Continuando o processo de privatização do setor energético brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo promoveu em 1º de abril de 1999 a cisão da Cia. Energética de São Paulo – Cesp, da qual resultou na constituição da Tietê, com o propósito de transferir-lhe a iniciativa privada. Através de leilão público realizado na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa em 27 de outubro de 1999, o controle da Tietê foi adquirido pela AES Tietê Empreendimentos Ltda., uma empresa pertencente ao Grupo norte-americano AES.

A AES
A AES, através da empresa holding "The AES Corporation", com sede em Arlington, Estado de Virgínia, atua basicamente nos setores de energia e telecomunicação e está presente em vários países, buscando primariamente participar em projetos nos quais exista alguma missão de caráter social a ser atingida. No Brasil, o grupo participa, através de parcerias e/ou isoladamente, da Eletropaulo Metropolitana, Light, Cemig e AES Sul, entre outros investimentos de geração de energia, como o Projeto da Usina Térmica de Uruguaiana, e de telecomunicações, como Eletreton e Infovias.

Segundo, portanto, os princípios da matriz, quais sejam, agir com integridade, ser justa, socialmente responsável e criar um ambiente de trabalho estimulante e dinâmico, a Tietê tem por objetivo gerar energia elétrica de maneira segura, limpa e confiável, sempre visando à excelência operacional e, conseqüentemente, à

satisfação de seus consumidores diretos e indiretos além de seus funcionários.

Aspectos Operacionais e Comerciais
Atualmente a Tietê está classificada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL como Produtor Independente de Energia, possuindo dez usinas hidrelétricas com uma capacidade total instalada de 2.651 MW e energia assegurada de 1.357 MW médios em 1999. Durante os nove meses de operação em 1999, a Tietê comercializou 11.275 GWh, sendo 9.722 GWh provenientes da geração própria e o restante resultante do repasse de energia de Itaipu. A totalidade da energia assegurada da Tietê está atrelada aos contratos iniciais firmados com as principais companhias de distribuição de energia elétrica de São Paulo.

As usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava localizam-se no Rio Tietê, o qual corta o Estado de São Paulo, com 1.100 km de extensão. Tais usinas foram projetadas e construídas com vistas ao múltiplo aproveitamento das águas, pois além da geração de energia, elas permitem controle de cheias, navegação hidroviária, desenvolvimento da piscicultura e atividades de recreação, entre outros usos. A usina Água Vermelha, com 1.396 MW de potência instalada, é a maior hidrelétrica da Companhia, respondendo isoladamente por mais de 50% da energia assegurada da empresa. Existem ainda, três hidrelétricas localizadas no Rio Pardo – Caconde, Euclides da Cunha e Limeiro – além de uma pequena usina no Rio Mogi-Guaçu, também denominada Mogi-Guaçu.

ressalta-se que a atual Administração iniciou extenso e minucioso programa de adequação para suas funções operativas e de comercialização de energia visando a sua adequada inserção no novo mercado acatista de energia elétrica, assegurando a competitividade da Companhia neste novo mercado.

Investimentos e Expansão
Conforme as regras estabelecidas no edital de privatização da Tietê e ratificado pelo Programa de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, a AES assumiu a responsabilidade de ampliar a capacidade do sistema de geração da Tietê em 15% nos próximos oito anos, a partir da data de assinatura do respectivo contrato. Tal expansão deverá ser realizada através da implantação ou da contratação de energia proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo.

Segundo a vocação do Grupo AES no segmento de geração de energia elétrica,

iniciou-se recentemente a elaboração de estudos de viabilidade para a construção de uma usina termoeletrônica próxima à usina de Bariri, em virtude da disponibilidade de gás natural e água nessa região. Tal projeto já foi preliminarmente apresentado ao Ministério de Minas e Energia, tendo este sido enquadrado no Plano Emergencial do Governo. Ainda encontra-se em fase de definição o tamanho ideal da usina, o valor do investimento e as alternativas de financiamento.

Hídricos Tietê – Paraná
Cliente da importância da Hidrovia Tietê – Paraná para o desenvolvimento do Estado de São Paulo, os novos controladores assumiram o compromisso de operar asclusas do Rio Tietê e mantê-las em perfeitas condições de funcionamento, sem efetuar a cobrança de quaisquer valores dos usuários. Adicionalmente, durante todo o período da concessão, serão aplicados recursos objetivando integralizar a dotação orçamentária do Órgão Gestor da Hidrovia. Uma série de investimentos visando concluir obras e serviços em andamento, bem como novos investimentos em obras para melhoria e manutenção dasclusas e áreas adjacentes, também estão previstos para os próximos anos.

Meio Ambiente
Paralelamente ao Grupo AES as questões relacionadas ao meio ambiente são de fundamental importância. A geração de energia limpa faz parte dos valores da empresa e dessa forma está prevista uma série de investimentos visando adequar a Tietê aos padrões internacionais mais rígidos de proteção e respeito ambiental.

Recursos Humanos
Visando adequar o quadro funcional da Tietê à filosofia de trabalho da AES, a qual privilegia o desenvolvimento profissional de seus colaboradores através da redução de níveis hierárquicos, processos administrativos, descentralização de atividades e delegação de responsabilidades, foi implementado em fevereiro de 1999 o Programa de Adequação de Pessoal. Dentro do princípio de responsabilidade social, está se buscando o aproveitamento e a satisfação máxima do potencial dos colaboradores da Tietê e um tratamento justo e respeitoso a todos. Além de compensações financeiras, faz parte da estratégia da Tietê um extenso programa de capacitação profissional, através de consultores especializados, complementado por programas de treinamento e assessoria em diversas áreas.

Balanco e Resultados

Durante os nove meses de operação em 1999, a Tietê obteve uma receita bruta de R\$ 455,9 milhões, provenientes da venda de energia própria e de energia de repasse de Itaipu. Os custos com energia comprada para repasse totalizaram R\$ 79,7 milhões, representando 17,5% da receita bruta. É importante ressaltar que até 10 de junho de 1999, a Tietê era responsável pelo repasse de energia às grandes empresas distribuidoras com as quais firmou os contratos iniciais. Além dos custos operacionais, foram constituídas provisões necessárias para fazer face aos compromissos assumidos no processo de privatização e no contrato de concessão, tais como a perda decorrente da compra de energia elétrica de Itaipu fornecida para as pequenas distribuidoras provenientes da distorção cambial das tarifas indexadas à moeda estrangeira e com o lançamento do Programa de Adequação de Pessoal. Os custos operacionais e de repasse de Itaipu totalizaram R\$ 212 milhões, provenientes, principalmente, da dívida com a Eletrobrás, que ao final do exercício apresentava saldo de R\$ 1.087 milhões. O aumento expressivo do índice geral de preço de mercado - IGPM no 2º semestre de 1999, indexador dessa obrigação financeira, causou impacto significativo no resultado financeiro da Tietê.

Finalmente, baseada na opinião de consultores externos, a Companhia realizou a baixa de investimentos efetuados no passado na melhoria da hidrovia do rio Tietê em virtude de considerá-los não recuperáveis em sua atividade de geração de energia elétrica.

Devido aos fatores acima descritos, a Tietê apresentou um prejuízo líquido de R\$ 196 milhões.

Agradecimentos
A Administração da Tietê está confiante de que iniciou em 1999 uma nova fase na história da Companhia, visando primariamente à satisfação de seus clientes e de seus funcionários, aos quais devemos os nossos votos de agradecimento. Muitos destes ainda estão por vir, entretanto estamos certos de que a Tietê tem toda a vocação para se tornar uma empresa mais competitiva dentro do novo modelo regulatório do setor energético brasileiro, seguindo os valores e princípios do Grupo AES, e fazendo parte de uma estratégia de desenvolvimento integrado no Brasil.

Nossos agradecimentos à Administração anterior que muito zelo pelo patrimônio da Companhia, e principalmente a nossos empregados, clientes e fornecedores que continuarão ajudando a manter nossa meta.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 (Em milhares de reais)	
ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Caixa e bancos	Fornecedores
Aplicações financeiras	Folha de pagamento
Revededores	Tributos e contribuições sociais
Contas a receber de partes relacionadas	Obrigações com a Fundação Cesp
Tributos e contribuições sociais	Encargos de dívidas
Almoxnarifado	Empréstimos, financiamentos e debêntures
Outros créditos	Obrigações estimadas
Despesas pagas antecipadamente	Encargos do consumidor a recolher
Total do circulante	Total do circulante
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Tributos e contribuições sociais diferidos	Empréstimos, financiamentos e debêntures
Caupões e depósitos vinculados	Obrigações com a Fundação Cesp
Total do realizável a longo prazo	Provisões para contingências
	Obrigações estimadas
	Subtotal
	Obrigações especiais
	Total do exigível a longo prazo
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERMANENTE	Capital social
Imobilizado – líquido	Reservas de capital
	Provisões acumuladas
	Total do patrimônio líquido
TOTAL	TOTAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 (Em milhares de reais)

	R\$
RECETA OPERACIONAL	
Suprimento e transporte de energia	455.906
Outras receitas	1
Total da receita operacional bruta	455.907
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	
Quota para reserva global de reversão	(79.753)
Energia comprada para repasse – Itaipu	(16.858)
Total	(103.705)
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	352.202
DESPA OPERACIONAL	
Pessoal	(23.068)
Materiais	(1.968)
Serviço de terceiro	(15.514)
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	(11.680)
Energia elétrica comprada para revenda	(66.998)
Depreciação e amortização	(47.714)
Provisões operacionais	(97.278)
Outras despesas	(8.183)
Total da despesa operacional	(272.403)
RESULTADO DO SERVIÇO	79.799
RECETA (DESPA) FINANCEIRA	
Receita	1.445
Despesa	(85.907)
Variações monetárias/cambiais – líquidas	(126.142)
Total	(210.604)
PREJUÍZO OPERACIONAL	(130.805)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	
Receita	560
Despesa	(3.181)
Total	(2.621)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS, DAS PARTICIPAÇÕES E DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(133.426)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDA	22.272
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	35.045
PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS LÍQUIDOS ANTES DOS ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(932)
ITENS EXTRAORDINÁRIOS LÍQUIDOS DOS EFEITOS DOS TRIBUTOS	(77.041)
Perda na desativação de bens – hidrovia	(118.914)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(195.955)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$	(2,09)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 (Em milhares de reais)

	R\$
ORIGENS DOS RECURSOS	
Das operações -	
Prejuízo líquido do período	(195.955)
Depreciação e amortização	47.714
Variação monetária/cambial – longo prazo	107.078
Provisão para litígios e contingências	11.804
Desativação de bens e direitos	188.159
Tributos e contribuições sociais diferidos	(98.398)
Provisão para perdas no repasse de energia de Itaipu	27.457
Outras	4.148
Total originado das operações	92.007
De terceiros -	
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo	5.732
Total das origens dos recursos	97.739
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	
Aquisições de direitos do imobilizado	4.781
Aumento no ativo realizável a longo prazo	2.024
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	79.306
Total das aplicações dos recursos	86.111
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	11.628
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	
Ativo circulante	
Incorporado em 1/4/99	9.946
No fim do período	103.851
Aumento	93.905
Passivo circulante	
Incorporado em 1/4/99	127.994
No fim do período	210.271
Aumento	82.277
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	11.628

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Incorporação do acervo líquido atribuído à Tietê, cindido da Companhia Energética de São Paulo – Cesp em 1º de abril de 1999					
Realização da reserva de lucros a realizar					
Reversão da reserva de remuneração do capital próprio – hidrovia	100.001	482.211	(10.919)	168.064	739.357
Transferência da conta de incorporação			115.269	(115.269)	
Prejuízo líquido do período				(195.955)	(195.955)
Absorção parcial do prejuízo				134.637	134.637
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	100.001	295.063	(101.342)	(5.515)	389.549

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 (Valores expressos em milhares de reais)

1. PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO
A Lei Estadual nº 9.361/96 autorizou o Estado de São Paulo a efetuar a reestruturação societária e patrimonial das companhias do setor de energia elétrica, com o objetivo de prepará-las para o processo de privatização. Em 31 de março de 1999, foi efetivada a cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo – Cesp, tendo sido constituídas as seguintes empresas: Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, Companhia de Geração de Energia Elétrica Parapananema e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

Em 27 de outubro de 1999, a AES Tietê Empreendimentos Ltda. adquiriu, pelo valor de R\$ 938.066, o controle acionário da Tietê representado por 29.911.487,733 (61,62%) ações ordinárias e 8.321.27.080 (13,99%) ações preferenciais, correspondentes a 38,66% do capital total da Companhia. A seguir, apresentamos os elementos ativos e passivos que compõem o acervo líquido de constituição da Tietê em 1º de abril de 1999:

	R\$
ATIVO	
Circulante:	
Disponibilidades	8.001
Almoxnarifado	1.945
Total do ativo circulante	9.946
Permanente:	
Imobilizado em serviço	2.811.779
Imobilizado em curso	352.819
Depreciação acumulada	(1.246.309)
Total do ativo permanente	1.917.689
Total do ativo	1.927.635
PASSIVO	
Circulante:	
Empréstimos, financiamentos e encargos	54.989
Salários e contas a pagar	4.619
Provisão para contingência trabalhista	5.732
Valores a pagar	62.655
Total do passivo circulante	127.994
Exigível a longo prazo:	
Empréstimos e financiamentos	97.923
Valores a pagar	957.580
Obrigações especiais	4.781
Total do exigível a longo prazo	1.060.284
Total do passivo	1.188.278
Acervo líquido	739.357

2. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê ("Tietê"), companhia de capital aberto, está autorizada a operar como concessionária de produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999 com prazo de duração de 30 anos.

No período de nove meses, findo em 31 de dezembro de 1999, a Tietê vendeu 11.275.659 MWh. Seu parque gerador está composto pelas seguintes usinas:

Usina	conclusão	de turbinas	instalada (MW)	(MW médios)
Barra Bonita	1964	4	141	42
Bariri	1969	3	143	63
Ibitinga	1969	3	132	73
Promissão	1977	3	264	97
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	836
Caconde	1966	2	80	36
Euclides da Cunha	1960	4	109	52
Limeiro	1958	2	32	15
Mogi Guaçu	1994	2	7	4
Total	32	2.651	1.357	

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária – Leis nºs 6.404/76 e 9.457/97, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo perfil concedente.

4. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas do setor
Encargos financeiros e efeitos inflacionários – de acordo com o disposto nas Instruções Gerais nºs 35 e 36, do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento – parte dos gastos da Administração é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e está limitada até 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, apropriados às obras em curso.

b) Práticas contábeis gerais
Aplicações financeiras – as aplicações financeiras são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Revededores – as contas a receber incluem os valores faturados relativos ao suprimento de energia elétrica. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – é constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Almoxnarifado – avaliado e registrado ao custo médio de aquisição. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso. Imobilizado – esses ativos estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,0% e 8,3% para os bens vinculados ao sistema de geração, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos. Empréstimos, financiamentos e debêntures – são atuizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária juntamente com os juros e demais encargos são apropriados em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento, no ativo imobilizado em curso. Provisões para litígios e contingências – são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processos, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia. Contribuição social e imposto de renda – são calculados com base no lucro real. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia registra créditos fiscais sobre base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis. Prejuízo por ação – é determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

5. REVENDEDORES

	R\$
Elektro Electricidade e Serviços S.A.	7.909
EBE – Empresa Bandeirante de Energia S.A.	11.285
CPL – Companhia Paulista de Força e Luz	7.568
Empresa Elétrica Bragançana S.A.	2.139
CNEE – Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.734
Outros	51
Total	30.786

As contas a receber incluem os valores faturados relativos ao suprimento para os revendedores de energia elétrica.

Composição do imposto no resultado:
Na rubrica de impostos

	R\$	R\$
Na rubrica de itens extraordinários	35.045	22.272
Total impostos diferidos	45.043	16.216
Total de impostos diferidos	80.088	38.488

Demonsração de cálculo dos impostos:
Resultado antes dos tributos e itens extraordinários (133.426) (133.426)
Itens extraordinários (180.173) (180.173)
Resultado total antes dos impostos (313.599) (313.599)

Adições (exclusões):
Base negativa de contribuição social (*) (107.292) (107.292)
Provisão para contingência (*) (5.732) (5.732)
Provisão para participação nos lucros – 1999 (932) (932)
Outros (88) (88)
Subtotal (6.752) (114.044)
Base de cálculo (320.351) (427.643)
Alíquota (25%) (80.089) (107.161)
Despesa com impostos às alíquotas nominais (80.089) (38.488)

(*) Valores cindidos pela Companhia Energética de São Paulo – CESP em 31 de dezembro de 1998.

8. IMOBILIZADO

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Custo corrigido	durante a construção	Depreciação acumulada	Líquido
	R\$	R\$	R\$	R\$
Intangíveis	1			1
Terrenos	145.119	5.237		150.356
Reservatórios, barragens e adutoras	1.482.597	187.948	(768.669)	901.876
Edificações, obras civis e benfeitorias	344.808	39.383	(212.364)	171.827
Máquinas e equipamentos	498.192	94.465	(305.362)	287.295
Veículos	4.151		(2.041)	2.110
Móveis e utensílios	773		(309)	464
Aluguel em curso	2.475.641	327.033	(1.288.745)	1.513.929
Imobilizado em curso	17.489	1.326		18.815
Total	2.493.130	328.359	(1.288.745)	1.532.744

b) Depreciação
A Companhia utiliza taxas de depreciação por categoria de bem, estabelecidas nas Resoluções ANEEL nºs 002/97 e 44/99, de 24/12/97 e de 18/3/99, respectivamente. Nos termos da legislação em vigor, as depreciações são calculadas e contabilizadas a partir da data da entrada em operação dos bens e das instalações transferidas para as imobilizações em serviço.

c) Dos bens vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

9. FORNECEDORES

A composição da conta fornecedores de suprimento de energia elétrica, materiais e serviços é a seguinte: